

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Bolsonaro critica Vale após reunião com garimpeiros.....	2
Título: Bandeira tarifária volta a ser cobrada no AM.....	4
Título: Disputa por cessão onerosa pode travar 2º turno.....	5
Título: GE estima retomada de encomendas no país a partir de 2020.....	7
Título: Eólicas recorrem à Aneel e leilão A-6 pode ser adiado	8
Título: EDP se junta ao Santander em geração distribuída.....	10
Título: Curtas	12
Título: Equinor acelera investimentos em Carcará, no pré-sal	12
Título: Petrobras acelera programa de venda de ativos	14
Título: PetroRio prevê investimentos de R\$ 1 bi na Bacia de Campos	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Para Bolsonaro, Vale ‘abocanhou’ o direito mineral em todo o Brasil	18
Título: Divisão do pré-sal pode comprometer meta fiscal.....	19
Título: ‘Estatais do Brasil só criaram ineficiência, privilégio e corrupção’	20
Título: Paraguaio diz que suplente do PSL usou nome de Bolsonaro para acordo	22
Título: Para Bolsonaro, Vale ‘abocanhou’ o direito mineral em todo o Brasil.....	25
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	26
Título: Indústria cresce, mas resultado é concentrado em petróleo e minério.....	26
Título: Odebrecht vence 35 licitação pública desde a LavaJato.....	28
Título: Petrobras anuncia corte de benefícios a empregados	28
Título: Interesse na Amazônia não é na porra da árvore, diz Bolsonaro	30
Título: Previdência avança no Senado, mas corre o risco de ter conclusão adiada	31

VEÍCULO:	O Globo.....	33
Título: ‘Interesse na Amazônia não é no índio nem na porra da árvore’, diz Bolsonaro.....		33
Título: É o minério, estúpido!.....		34
Título: O gás da Bolívia		35
Título: MP sobre leilão do pré-sal para manter votação		35
Título: Reforma da Previdência avança na CCJ do Senado		36

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/10/2019

Seção: Política

Autor: Fabio Murakawa e Andrea Jubé — De Brasília

Título: Bolsonaro critica Vale após reunião com garimpeiros

O presidente Jair Bolsonaro criticou ontem a Vale ao dizer que a empresa “abocanhou” no governo Fernando Henrique Cardoso “o direito minerário no Brasil”. Para ele, isso foi um “crime que aconteceu”.

Bolsonaro fez a afirmação a um grupo de garimpeiros de Serra Pelada, sul do Pará, que se deslocou a Brasília para pedir uma intervenção federal no velho garimpo dos anos 1980.

Após falar com representantes da categoria em seu gabinete, o presidente saiu à porta do Palácio do Planalto e subiu em uma cadeira para discursar às dezenas de garimpeiros que o aguardavam em frente à guarita principal da sede da Presidência.

“Esse é um país que é roubado há 500 anos. A gente conhece o potencial mineral do Brasil, Roraima, sul do Pará. Eu sei como a Vale do Rio Doce abocanhou no governo FHC o direito mineral no Brasil. Um crime, um crime que aconteceu”, disse Bolsonaro. A mineradora foi uma estatal até 1997.

Os garimpeiros de Serra Pelada acusam a Vale de estar roubando parte do ouro que está embaixo de terras e sobre o qual eles reivindicam ter direito. Acusam ainda a companhia de exportar esse ouro de maneira clandestina.

“Essa área pertence aos garimpeiros. A companhia Vale do Rio Doce recebeu US\$ 70 milhões para sair de lá. Só que ela saiu, mas está bem do lado, fazendo um buraco que se chama ‘Projeto Serra Leste’, está mandando para fora do Brasil falando que é ferro, só que ela está levando é ouro e não está sendo prestado conta”, afirmou o garimpeiro Jonas Andrade, membro da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp), após reunião com Bolsonaro.

Bolsonaro disse que levaria o assunto para o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e acionou a Agência Nacional de Mineração (ANM) para encontrar “alternativas”. Ele disse ter informações “de como nosso minério é doado para os outros países”. E fez referência a fotografias que lhe foram mostradas pelos garimpeiros com túneis supostamente escavados pela Vale para retirar o ouro de forma ilegal de suas terras.

“Dizem que, na impureza do que se exporta de algum mineral, só na impureza, tem ouro muitas vezes”, afirmou. “As fotografias que eu vi, mostram aí túneis em que cabem ônibus duplos.”

Ele disse ainda que os garimpeiros “foram felizes” na época do governo João Figueiredo (1979-1985), responsável pela abertura do garimpo de Serra Pelada. E prometeu “botar as Forças Armadas” no garimpo se tiver amparo legal.

Após as declarações do presidente, a mineradora emitiu uma nota em que nega extrair ouro na área citada pelos garimpeiros.

“A Vale não tem atividades minerárias em Serra Pelada nem qualquer operação de mineração subterrânea no Pará. A empresa cedeu a área de jazida à Coomigasp em março de 2007. A empresa mantém no município de Curionópolis apenas a unidade Serra Leste, de exploração exclusiva de minério de ferro”, afirma o texto.

Também em nota, o Ministério de Minas e Energia afirma ter abrigado uma reunião em que “os garimpeiros apresentaram denúncias contra exploração irregular de ouro por grupos não autorizados na região de Serra Pelada”. “O grupo foi orientado a formalizar, oficialmente, as acusações para que o tema pudesse ter encaminhamento formal dentro do MME”, disse a pasta, em nota.

Um dos problemas enfrentados pelos garimpeiros é a dificuldade para obter licença ambiental para explorar a região.

O presidente da Associação Brasileira de Pesquisa Mineral (ABPM), Luiz Maurício Azevedo, disse que a declaração de Bolsonaro foi “estapafúrdia e eleitoreira”. Ele ponderou que a sociedade e o ordenamento jurídico não autorizam o garimpo sem a correspondente licença ambiental. “A lei tem que ser para todos”, disse.

Além da questão de Serra Pelada, os garimpeiros pressionam o governo pela legalização de áreas de garimpo e reclamam da falta de agilidade. Azevedo observa que, em alguns casos, o problema é que essas terras estão em unidades de conservação ambiental, ou em terras indígenas ou em áreas com direitos minerários de empresas regulares. “A sociedade quer exploração com sustentabilidade e dentro do ordenamento legal.”

Ainda falando aos garimpeiros, Bolsonaro fez uma referência implícita às manifestações de preocupação de países estrangeiros sobre a situação da Amazônia. E voltou a criticar o cacique Raoni.

“O interesse na Amazônia não é no índio nem na porra da árvore. É no minério”, disse. “O Raoni fala pela aldeia dele e fala como cidadão. Não fala pelos outros índios, não. É outro que vive tomando champanhe em outros países por aí, esse tal de Raoni aí”, prosseguiu o presidente, sem citar diretamente a França e seu presidente, Emmanuel Macron, com quem vem trocando críticas por conta da questão ambiental.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia — De São Paulo

Título: Bandeira tarifária volta a ser cobrada no AM

Cobrança estava suspensa por liminar desde outubro de 2015

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) suspendeu liminar de outubro de 2015 que vetava a cobrança das bandeiras tarifárias no Estado do Amazonas.

A liminar que provocou a suspensão da cobrança foi obtida no contexto de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) do Amazonas, que alega que a interligação do Estado com o Sistema Nacional Interligado (SIN) ainda não ocorreu em sua plenitude, fazendo com que não seja “razoável” cobrar a bandeira tarifária dos consumidores.

Em outubro do ano passado, a decisão foi confirmada em sentença da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Amazonas Energia, distribuidora da região, recorreram ao TRF1, e os efeitos da liminar foram suspensos na noite de segunda-feira. O mérito da questão deve ser analisado em uma decisão colegiada.

As bandeiras tarifárias estão em vigor desde 2015 e indicam se há ou não acréscimo na conta de luz que será cobrada do consumidor final devido às condições de geração de eletricidade. Ela serve para antecipar a entrada na caixa das distribuidoras de recursos que servem para pagar, por exemplo, o custo de termelétricas mais caras que são despachadas dependendo das condições hidrológicas.

Antes da cobrança das bandeiras, os custos eram suportados pelas distribuidoras, mas repassados futuramente aos consumidores nas datas anuais de reajuste da tarifa de cada concessionária. Como a cobrança podia levar até mesmo um ano, os consumidores arcavam com juros dos recursos que eram levantados pelas distribuidoras para fazer frente às despesas.

André Pepitone, diretor-geral da Aneel, ressaltou que as bandeiras tarifárias sinalizam ao consumidor o custo real da geração de energia do país e dá oportunidade para que este “reaja” a esse custo.

“Desde 2015, o mecanismo proporcionou economia real de R\$ 4 bilhões aos consumidores, desonerando a tarifa neste montante”, disse Pepitone. Essa economia se deu justamente pelas bandeiras tarifárias evitarem o pagamento de juros pelos consumidores.

Na decisão, o juiz César Jatahy Fonseca disse que o mecanismo não traz prejuízo à Aneel, mas possibilita ao consumidor balizar seu consumo pelo custo da energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/10/2019

Seção: Política

Autor: Renan Truffi, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

Título: Disputa por cessão onerosa pode travar 2º turno

Próxima de ser aprovada de forma definitiva no Congresso, a reforma da Previdência terá de enfrentar mais um obstáculo antes de entrar em vigor. Pressionados por governadores de Norte e Nordeste, senadores ameaçam

obstruir a votação da medida em segundo turno no Senado, prevista para acontecer inicialmente até o dia 10 de outubro. A ofensiva é uma retaliação contra o governo e a Câmara dos Deputados por causa de “dificuldades” enfrentadas nas negociações em torno da divisão do bônus da cessão onerosa, dentro do pacote do pacto federativo.

A insurgência ganhou corpo na manhã de ontem, justamente durante reunião dedicada a discutir a votação da reforma na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da casa. Para não atrapalhar o primeiro turno da proposta, foi construído um acordo momentâneo, mas o problema deverá voltar à tona nos próximos dias. O motivo é que, na Câmara, parte dos deputados quer destinar a verba da cessão onerosa por meio de emendas impositivas de bancada, e não via fundos de participação de Estados e municípios, como havia sido aprovado. Na prática, isso retiraria autonomia dos governadores para decidir o destino desses recursos.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), admitiu que o movimento é capitaneado por um grupo “representativo”. Segundo ele, agora a votação da reforma da Previdência em segundo turno, na semana que vem, depende de negociações. “O que houve foi uma manifestação de insatisfação com a Câmara, de querer alterar as regras de partilha”, explicou. Os senadores estão sendo influenciados por governadores das duas regiões, que temem ficar sem a verba do bônus.

Diante da pressão, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse ontem que vai procurar o governo e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para encaminhar a edição de uma medida provisória (MP), ainda nesta semana, que garanta a distribuição dos recursos da forma como estava definido. “Acho que esse vai ser o caminho”, disse.

A afirmação contraria entendimento acertado, na segunda-feira. Até então o acordo era esperar a Câmara apreciar a PEC paralela da cessão onerosa. A MP havia sido anunciada, naquele momento, apenas como uma “alternativa”. Questionado se havia abandonado essa ideia, Alcolumbre disse que a Câmara participará do acordo e mostrou intenção de fazer um “gesto” aos Estados. “O presidente Rodrigo me disse que consegue cumprir até o dia 6 [a votação da PEC], mas se a gente conseguir uma MP resolve.”

Apesar disso, Maia mandou um recado ontem ao dizer que não cederá a “ameaças” de governadores e senadores. Ele alegou que parte das críticas feitas aos deputados é motivada por um incômodo com o protagonismo da Câmara. O clima ruim entre as duas casas ficou mais evidente quando o senador Cid Gomes (PDT-CE), que já foi relator da cessão onerosa, aproveitou para atacar o líder do PP na Câmara, Arthur Lira (AL), a quem chamou de “projeto de Eduardo Cunha”

e “achacador”. Em resposta, líderes partidários do Centrão decidiram que vão travar as discussões sobre a repartição dos recursos do leilão

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Taís Hirata — De Greenville, Estados Unidos

Título: GE estima retomada de encomendas no país a partir de 2020

Após dois anos de uma demanda fraca por energia elétrica no Brasil, o nível de contratação de novos projetos deverá melhorar a partir de 2020, avalia Daniel Meniuk, que comanda a operação da GE Power na América Latina.

A empresa, uma das principais fornecedoras de equipamentos para usinas geradoras do país, deverá participar do leilão A-6, marcado para este mês, com mais de um projeto de térmica a gás natural. No entanto, a projeção é que não haverá muita demanda por parte das distribuidoras.

A maior expectativa para a companhia é para o leilão A-4, ainda não confirmado, mas previsto para o início do ano que vem. A ideia é que o certame contrate projetos para substituir usinas a óleo em operação no país. Poderão participar geradores de energia nova e existente - o que deverá estimular uma busca maior por competitividade, afirma Meniuk.

“A expectativa é que, no próximo ano, a coisa continue em uma ascendente. Se neste ano o crescimento vai ser muito pequeno, no próximo pode ser maior. Quando o país cresce 1%, a demanda por energia tende a crescer mais. Essa é nossa expectativa”, disse.

Com a abertura do mercado de gás natural no país, a GE vê uma oportunidade para ampliar os negócios nesse segmento no Brasil, que ainda é considerado pouco maduro - não só em comparação com os Estados Unidos, como também perante mercados latinos, como México e Chile.

“Quanto mais competitivo for o gás natural brasileiro, maior o estímulo às térmicas. A gente viu isso, inclusive nos Estados Unidos, com o boom do ‘shale gas’. No Brasil, acredito que terá impacto semelhante”, afirma.

Hoje, as turbinas produzidas pela GE para usinas a gás são responsáveis por uma geração de 7,3 GW no Brasil, contra 615 GW no mundo. Em relação à tecnologia

mais recente da GE nesse segmento, o país respondeu por apenas 3% das vendas globais.

Globalmente, a expectativa da companhia em relação ao segmento de usinas a gás é alto, principalmente pela substituição de outras fontes mais poluentes e pela necessidade de uma energia firme para compensar as intermitências de fontes renováveis. Até 2028, a geração de térmicas a gás deverá crescer 33% em toda a América, projeta a empresa.

A unidade da GE Power em Greenville, nos Estados Unidos - uma das três maiores de todo o país - produz entre 30 a 40 turbinas de gás natural por ano, que vão principalmente para o mercado de Américas da empresa. A unidade tem capacidade de elevar sua produção para até 200 turbinas ao ano se preciso.

No Brasil, o ritmo desse aumento da demanda ainda é incerto, embora o atual governo esteja no caminho certo, na avaliação do executivo. Uma das dificuldades é que a expansão no país ainda depende muito da realização de leilões, já que não há um mercado livre consolidado - ou seja, depende da retomada mais consistente da economia, para a qual a GE não tem projeção. "Ninguém tem bola de cristal, cada dia há uma surpresa, então é difícil prever. Mas vemos que todas as ações do governo tem sido na linha de melhorar as condições e tornar o setor energético mais dinâmico", diz.

Para além das dificuldades econômicas no país, a GE tem sofrido com questionamentos sobre a segurança de seus equipamentos, após dois acidentes com torres eólicas recentemente - um no fim de julho, em Pernambuco, e outro em setembro, no Maranhão. Nos dois casos, aerogeradores da companhia despencaram. Questionado sobre os episódios, o executivo da GE Power, divisão separada da de energia renovável, diz que as causas para os acidentes estão em apuração.

"Ainda é cedo para dizer", diz ele. "Não vejo nenhum tipo de desconfiança, na minha área temos feito negócios normalmente e não vejo nenhum efeito direto na confiança que os clientes têm na companhia."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia — Do Rio e São Paulo

Título: Eólicas recorrem à Aneel e leilão A-6 pode ser adiado

A Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica) apresentou recurso à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) contra uma mudança nas regras do próximo leilão de energia nova, do tipo “A-6”, marcado para 18 de outubro. Caso a autarquia acate o pleito da entidade, o certame terá que ser adiado.

Em carta enviada à agência, e juntada ontem ao processo regulatório do leilão, a associação, que reúne investidores da cadeia da indústria de energia eólica, questiona a mudança relativa à sazonalização dos contratos de energia dos projetos eólicos negociados na licitação. O argumento da entidade é que a mudança não foi debatida durante o processo de audiência pública sobre o edital do leilão, conforme já mencionado em reportagem do **Valor** em setembro.

Nos leilões anteriores, a sazonalização (distribuição mensal do volume contratado), era definida pelos próprios geradores eólicos. Dessa forma, eles determinavam o volume de energia que seria fornecido a cada mês.

No edital do leilão A-6, aprovado em setembro pela diretoria da agência, porém, foi determinado que a sazonalização dos contratos de geração de energia eólica deve ser definida seguindo o perfil da demanda. Na prática, a medida retira o risco de exposição do consumidor ao mercado de curto prazo e transfere a gestão desse risco ao gerador. O efeito prático dessa mudança é um possível aumento de preço da energia eólica no leilão.

No documento, de 63 páginas, a Abeeólica destaca que a própria diretora relatora do processo do edital, Elisa Bastos, havia reiterado que o tema deveria ser estudado e aprofundado nos 60 dias subsequentes ao leilão. Os demais diretores, contudo, entenderam que deveria ser adotada a nova regra contratual.

“Observa-se que a modificação do critério de sazonalização do CCEAR [contrato de comercialização de energia no ambiente regulado] Quantidade - Fonte Eólica, Anexo 2 do Edital de Leilão, apresenta vícios no seu conteúdo e na forma de instrução do correspondente processo administrativo, o que viola os princípios da motivação, da transparência e da própria isonomia”, disse a Abeeólica na carta.

A associação acrescentou que requer o “processamento e acolhimento da presente impugnação para fins da modificação do CCEAR Quantidade - Fonte Eólica, Anexo 2 do Edital de Leilão com vistas ao afastamento da disposição contratual que determina a sazonalização com base no perfil de carga, adotando-se, para o mencionado contrato a proposta divulgada inicialmente [...] com a consequente e necessária republicação dos atos integrantes do leilão”.

Segundo o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, a mudança da regra foi em prol da modernização do setor elétrico, na linha de atuação que busca revelar os reais atributos de cada fonte de energia. “Isso de as atividades avançarem tendo os custos suportados pelos consumidores é um Brasil velho, que não existe mais. Daqui para a frente, vamos buscar eficiência e equilíbrio nas transações do setor elétrico, e simplicidade nas regras”.

Ele acrescentou que a decisão da Aneel refletiu uma discussão que teve início em 2018, quando foi tratado o edital do leilão A-6 daquele ano. Naquela ocasião, a mudança não foi implementada, mas a discussão continuou durante a elaboração do edital do leilão A-4 deste ano, realizado em junho. “Agora, com a densidade das discussões, foi aplicada a mudança no edital do A-6 de 2019, baseada em uma contribuição do grupo Energisa na audiência pública”, disse.

Questionado sobre o recurso da Abeeólica, Pepitone disse que “o recurso ai receber o tratamento devido no colegiado da agência”.

O **Valor** apurou que a diretoria da Aneel pode analisar o pedido da Abeeólica na reunião da próxima terça-feira, 8 de outubro. Caso o recurso seja acatado, será necessário um adiamento do leilão pelo menos para 8 de novembro. Isso porque a decisão implicaria em mudança e republicação de edital, que precisaria ser divulgado pelo menos 30 dias antes do certame.

O leilão A-6 negociará contratos de energia de novos empreendimentos com início de fornecimento seis anos à frente (2025).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia — De São Paulo

Título: EDP se junta ao Santander em geração distribuída

Parceria vai oferecer crédito com custo menor para aquisição de painéis fotovoltaicos e instalação de projetos

A EDP Smart, braço de soluções em energia da EDP Brasil, fechou uma parceria com o Santander Financiamentos para oferecer uma linha de crédito mais competitiva para aquisição de painéis fotovoltaicos e instalação de projetos de geração distribuída. A intenção de ambos é acelerar o crescimento desses projetos antes que uma mudança esperada nas regras imponha dificuldades aos investimentos.

“O investimento para o consumidor é alto. Com a parceria, vamos dar facilidade de pagamento em nossa oferta”, disse Nuno Pinto, diretor de negócios B2C

(destinados a consumidores) da EDP Brasil. Nesse contexto, a companhia vai lançar, em breve, uma campanha junto ao Santander para fomentar o produto dentro de suas áreas de concessão de distribuição de energia, no interior de São Paulo e no Espírito Santo.

Em projetos de geração distribuída, os consumidores investem na geração própria, que pode ser local, como na instalação de painéis solares no telhado de residências, ou de forma remota, com a construção de fazendas solares dentro da mesma área de concessão. A energia gerada e não consumida na hora é injetada na rede e transformada em descontos na conta de luz.

Para que a tomada de decisão dos consumidores seja mais rápida e os negócios possam avançar em ritmo acelerado, a análise de crédito será facilitada, e as transações serão 100% digitais. As linhas de crédito vão partir de juros mensais de 0,79%, com prazo de até 60 meses. O custo é menor que a linha voltada para geração solar distribuída anunciada ano passado pelo banco, com juros a partir de 0,99%. Outra mudança é que, na parceria, o consumidor de energia não precisa ser cliente do Santander.

“A EDP já tem a estrutura comercial grande na distribuição de energia, assim como o contato com o cliente”, disse André Novaes, diretor do Santander Financiamentos. Com a parceria, os representantes da EDP poderão também oferecer o financiamento, por meio de um aplicativo que faz o contato direto com o banco. “Ter uma empresa com o porte da EDP como parceira dá mais credibilidade e qualidade aos negócios”, disse Novaes.

Com a iniciativa, o banco espera aumentar ainda mais sua presença em financiamentos de energia solar. Segundo Karine Bueno, diretora de sustentabilidade do Santander Brasil, desde 2015, o banco já financiou cerca de R\$ 1 bilhão em geração distribuída solar fotovoltaica. No ano passado, o banco desembolsou R\$ 251 milhões em crédito do tipo. “Em 2019, só até agosto já desembolsamos R\$ 370 milhões, e o número vem crescendo ano a ano”, disse a executiva.

Para a EDP, a expectativa é que sua presença no setor de geração distribuída solar também se fortaleça. A EDP Smart foi lançada em maio deste ano, como parte de um reposicionamento do setor de serviços para clientes residenciais.

Segundo Nuno Pinto, num primeiro momento, os esforços comerciais se darão dentro das áreas de concessão da EDP São Paulo e da EDP Espírito Santo. “A tendência é que passemos a oferecer em outras regiões, mas queremos primeiro aproveitar as sinergias em nossa área de concessão”, disse. A primeira expansão pode ser em Santa Catarina, onde a EDP é sócia da estatal Celesc. “Temos vontade de entrar naquele mercado também”, completou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 02/10/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Curtas**

Barragem se rompe

A barragem TB01 de rejeito proveniente de lavra de ouro se rompeu ontem na cidade de Nossa Senhora do Livramento (MT), segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM). Não houve vítimas fatais e dois trabalhadores do local foram levados ao hospital. A barragem TB01 está cadastrada no nome de Marcelo Massaru Takahashi. Conforme a ANM, a estrutura tem altura de 15 metros e volume armazenado de 582,2 mil metros cúbicos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 02/10/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Equinor acelera investimentos em Carcará, no pré-sal**

Petroleira estrangeira que mais aproveitou as vendas de ativos da Petrobras para fortalecer sua presença no Brasil, a norueguesa Equinor (antiga Statoil) pretende começar a investir pesado na sua nova carteira de projetos no país. A expectativa da companhia é assinar este ano um pacote de contratos de bens e serviços, para tirar do papel o seu projeto mais promissor: Carcará, na Bacia de Santos, que promete ser o primeiro campo do pré-sal desenvolvido por uma multinacional e que terá a maior plataforma do Brasil, com capacidade para 220 mil barris/dia de petróleo.

A empresa não revela quanto vai desembolsar em Carcará, mas os investimentos fazem parte do plano de negócios de US\$ 15 bilhões da petroleira para o Brasil até 2030. Outra parte dos recursos será direcionada para a instalação de novas plataformas nesse campo petrolífero e na descoberta de gás na área de Pão de Açúcar, além de investimentos na recuperação de ativos operacionais maduros.

Com receitas globais de US\$ 78,5 bilhões em 2018, a Equinor considera o Brasil um de seus três mercados prioritários, ao lado da Noruega e Estados Unidos. A comandante da empresa no país, a vice-presidente executiva de desenvolvimento e produção no Brasil, Margareth Øvrum, disse ao **Valor**,

porém, que os investimentos, no mercado brasileiro, não vão se limitar ao petróleo. A multinacional quer “assumir papel ativo” na abertura do mercado de gás natural e se consolidar como geradora de energia.

“A oportunidade [no Brasil] é única não só no óleo e gás, mas na área de renováveis também”, disse a executiva da Equinor, que tem planos de aplicar de 15% a 20% de seus investimentos globais anuais em energias renováveis até 2030.

Em 2018, a empresa entrou no mercado brasileiro de energia solar ao adquirir o Complexo Solar Apodi, no Ceará, de 162 megawatts. Margareth vê espaço para que, no futuro, a Equinor construa um parque gerador que combine solar, eólica offshore (em alto mar) e gás natural. “Não decidimos, mas estamos abertos [a investir em usinas térmicas a gás]”, afirmou.

Enquanto a abertura do mercado de gás dá seus primeiros passos, a Equinor decidiu que todo o gás produzido na primeira fase de produção de Carcará será reinjetado para aumentar a recuperação do óleo. Margareth destaca que está de olho nos desdobramentos da reforma do setor e que busca mercado para seus novos projetos, como a segunda fase de Carcará e Pão de Açúcar, na Bacia de Campos.

“[Desenvolver o mercado de gás] É uma necessidade para nós... [Pão de Açúcar] É completamente dependente do desenvolvimento do mercado”, afirmou.

Dentro dos pilares de seu plano de negócios, a Equinor quer construir cadeia de valor no setor de gás, no Brasil. A executiva disse que, para isso, a companhia pretende fazer a sua parte e está aberta a investir na infraestrutura, como gasodutos marítimos e terminais de gás natural liquefeito (GNL). Ela sabe que o sucesso do crescimento da empresa no país passa pela necessidade de construção desse mercado. “Estamos preparados para assumir um papel ativo na cadeia de valor do gás no Brasil... Estamos abertos para fazer investimentos em infraestrutura.”

No entanto, segundo Margareth, os investimentos da empresa em infraestrutura dependem, primeiro, de um sinal de que haverá demanda para o gás. “Não adianta construir infraestrutura se não houver demanda. Isso depende do PIB daqui para frente”, afirmou.

A Equinor é a quarta maior produtora de óleo e gás do país, com volumes de 95 mil barris diários de óleo equivalente, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Margareth disse que o objetivo da empresa é desenvolver sua atual carteira de ativos e até quintuplicar sua produção no país até 2030.

Recentemente, os investimentos da Equinor entraram no olho do furacão da crise diplomática entre o Brasil e países europeus, sobre a política de combate ao desmatamento na Amazônia. O presidente da comissão de Energia e Meio Ambiente do Parlamento da Noruega, Ketil Kjenseth, sugeriu que o governo local deveria pedir que a companhia paralisasse os investimentos, na tentativa de pressionar o governo brasileiro a deter os focos de incêndio na Amazônia. Margareth afirma, contudo, que a Equinor “não se envolve em discussões políticas” e que mantém firme sua estratégia para o Brasil.

Segundo Margareth, a meta é desenvolver uma plataforma a cada dois anos no país. Comprado da Petrobras ainda em 2016, por US\$ 2,5 bilhões, Carcará começará a produzir em 2024. A Equinor possui 40% da concessão, ao lado da ExxonMobil e Galp, e espera fechar em dois meses os contratos para encomenda da plataforma e equipamentos e interligações submarinas. Um projeto típico do pré-sal custa, segundo estimativas de mercado, US\$ 5,5 bilhões.

A produção atual da petroleira, no Brasil, contudo, vem de outros dois ativos: Peregrino e Roncador, na Bacia de Campos. A fatia de 25% de Roncador custou à companhia US\$ 2,1 bilhões. Com experiência na recuperação de campos maduros do Mar do Norte, a norueguesa se comprometeu a entrar com mais US\$ 550 milhões, para a revitalização do campo. Margareth disse que a meta é aumentar o fator de recuperação do campo em dez pontos percentuais, para 39%.

Em Peregrino, a companhia está instalando nova plataforma. Prevista para 2020, a segunda fase de produção do campo permitirá à empresa aumentar em 250 milhões de barris os volumes recuperáveis do ativo. A Equinor produziu 180 milhões de barris e espera alongar em 20 anos a vida útil do campo. A norueguesa prevê investir também, em exploração, na perfuração de até cinco poços em três anos, e monitora as novas licitações. Sobre o interesse no leilão dos excedentes da cessão onerosa, Margareth disse que não há dúvidas de que se trata de “grande volume, mas que é preciso valor também”. “Iremos para as áreas que criarem valor para nós”, respondeu ela, sem entrar em detalhes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/10/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Petrobras acelera programa de venda de ativos

A Petrobras vem intensificando o seu programa de venda de ativos e abriu, neste ano, 19 processos de desinvestimentos em apenas cinco meses, desde

maio. O número é mais que o dobro de todos os oito negócios abertos pela companhia ao longo de 2018. Os negócios já ajudaram a reforçar o caixa da companhia em US\$ 12,7 bilhões até julho. A petroleira, no entanto, tem no forno mais dez operações prestes a serem concluídas. Esses ativos somam US\$ 5,3 bilhões, sendo que uma parte, de US\$ 640 milhões, já havia sido paga adiantada até julho.

A empresa abriu nesta semana mais um novo processo de desinvestimento, para se desfazer de oito concessões exploratórias na Bacia do Recôncavo, na Bahia, e assinou um contrato com a Central Resources do Brasil para venda de dois campos terrestres no Rio Grande do Norte (Ponta do Mel e Redonda), por US\$ 7,2 milhões.

A Petrobras está se desfazendo de praticamente a metade dos seus campos de produção de óleo e gás no país. Se concretizar, de fato, a venda de todos os ativos em negociação pela empresa, hoje, a estatal vai reduzir a sua carteira de campos produtores de cerca de 310 para 150 concessões, segundo levantamento do **Valor** com base nos dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), de junho. O corte, porém, não deve se refletir numa queda de produção proporcional, já que apenas 12% do volume produzido vem de campos terrestres e águas rasas.

O enxugamento se dá, sobretudo, nos campos terrestres e em águas rasas. O objetivo da petroleira é se concentrar em águas profundas e ultraprofundas, sobretudo no pré-sal. Para 2020, a intenção da Petrobras é que apenas 12% de seu portfólio de polos de exploração e produção de óleo e gás seja composto por ativos terrestres e de águas rasas. Atualmente essa fatia é de 45%. A meta da companhia é aumentar a participação das águas profundas e ultraprofundas, nessa relação, dos atuais 55% para 88%.

O programa de desinvestimentos é o principal pilar da redução do endividamento da companhia. Ao fim do primeiro semestre, a empresa detinha uma dívida líquida de US\$ 83,7 bilhões. O presidente da empresa, Roberto Castello Branco, já disse anteriormente que a empresa caminha para se tornar uma companhia com foco em exploração e produção de óleo e gás em águas profundas, com atuação, sobretudo, no Sudeste brasileiro, onde reside o mercado consumidor e os principais campos de petróleo do país.

Ao todo, a Petrobras já fechou, este ano, cinco negócios, que somam US\$ 12,2 bilhões. A venda de 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG), para a Engie e o fundo canadense CDPQ, no valor de US\$ 8,7 bilhões, foi a maior venda de um ativo da estatal na história, no âmbito de seu programa de desinvestimentos.

A petroleira também se desfez, neste ano, da refinaria de Pasadena (EUA), para a Chevron (US\$ 467 milhões); dos seus ativos do Paraguai, para o grupo Copetrol (US\$ 381 milhões); e do campo de Maromba, na Bacia de Campos, para a BW Offshore (US\$ 90 milhões). Além disso, a empresa concluiu a oferta secundária de ações da BR Distribuidora (US\$ 2,55 bilhões).

A petroleira tem, ainda, outros dez negócios assinados e em fase de conclusão. Entre eles, destaque para a venda dos polos de Pampo e Enchova (Bacia de Campo), para a Trident Energy (US\$ 851 milhões); do campo de Baúna (Bacia de Santos), para a Karoon (US\$ 665 milhões); 50% dos campos de Tartaruga Verde e Módulo III do campo de Espadarte, para a Petronas (US\$ 1,29 bilhão); do Polo Riacho da Forquilha (RN), para a Petrorecôncavo (US\$ 384,2 milhões); Polo de Pargo (RJ), para a Perenco (US\$ 370 milhões); e da PetroÁfrica, para a Petrovida (US\$ 1,53 bilhão).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: PetroRio prevê investimentos de R\$ 1 bi na Bacia de Campos

Entre R\$ 750 milhões e R\$ 800 milhões serão destinados ao campo de Frade

A PetroRio planeja investir cerca de R\$ 1 bilhão em campanhas de perfuração na Bacia de Campos. A maior parte desse montante, entre R\$ 750 milhões e R\$ 800 milhões, deverá ser destinada ao campo de Frade. A campanha está prevista para começar em meados de 2020 e incluirá a perfuração de três poços, com duração de seis a oito meses.

Ontem, a companhia concluiu a aquisição da participação de 18,26% da Frade Japão Petróleo Limitada - joint venture entre as japonesas Inpex e Sojitz - no campo, negócio que havia sido anunciado no fim do ano passado. O valor da operação, no entanto, não foi informado, devido a um acordo de confidencialidade.

No primeiro semestre deste ano, a PetroRio já havia adquirido a participação de 51,74% da americana Chevron em Frade. Com a conclusão da operação com os japoneses, a petroleira passa a deter 70% do campo. Os 30% remanescentes pertencem à Petrobras. Por enquanto, não há conversas em andamento sobre uma potencial aquisição da fatia da estatal no campo.

De acordo com o presidente da PetroRio, Nelson Queiroz Tanure, o desempenho do campo de Frade está “em linha com a nossa expectativa”. Frade produz atualmente cerca de 20 mil barris diários.

Segundo o diretor de Operações da PetroRio, Francilmar Fernandes, a companhia está desenvolvendo uma série de ações em Frade e coletando informações sobre o campo para definir a campanha de perfuração do próximo ano.

Para fazer frente aos investimentos em Frade, a petroleira espera realizar este mês uma captação de R\$ 2 bilhões no exterior. A ideia também é usar parte dos recursos para futuras aquisições. No radar da empresa estão campos maduros em produção, com destaque para o programa de desinvestimentos da Petrobras.

“Vamos buscar uma captação no mercado. Estamos sempre buscando aumentar o nosso portfólio”, explicou Tanure.

A outra parte do investimento planejado para campanhas de perfuração, de US\$ 60 milhões (o equivalente a cerca de R\$ 250,4 milhões), será destinado ao campo de Polvo, do qual a empresa detém 100% de participação.

Conforme fato relevante divulgado pela PetroRio na segunda-feira, a nova campanha no campo será dividida em duas etapas. Na primeira, serão investidos cerca de US\$ 20 milhões na perfuração de dois poços. A estimativa é que esta etapa adicione entre 3 milhões de barris e 6 milhões de barris de óleo às reservas da empresa.

Segundo Fernandes, a primeira etapa terá duração prevista de 70 a 90 dias. Os dados coletados nesse período serão utilizados para a decisão dos investimentos da segunda etapa, que poderão incluir mais dois prospectos.

Para se preparar para o investimento em Polvo e se posicionar para as novas operações, a PetroRio acessou em setembro uma linha de financiamento de US\$ 48 milhões com o Citibank.

As reservas totais (provadas, prováveis e possíveis) de Polvo hoje alcançam 30 milhões de barris. Em agosto, a produção no campo foi de 8 mil barris diários.

“Polvo é um campo que vem se mostrando bem resiliente”, disse Tanure. “Estamos animados com o potencial de aumento de produção. Polvo é um campo que a vida econômica era para ter se encerrado anos atrás. Com essa

campanha, pretendemos estender ainda mais [a vida útil do campo]”, completou o executivo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: Julia Lindner / BRASÍLIA

Título: Para Bolsonaro, Vale ‘abocanhou’ o direito mineral em todo o Brasil

Presidente voltou a criticar as motivações de outros países ao falar da Amazônia: ‘O interesse é no minério’

Presidente voltou a criticar as motivações de outros países ao falar da Amazônia: ‘O interesse é no minério’

Ao conversar com um grupo de garimpeiros da região de Serra Pelada, no Pará, o presidente Jair Bolsonaro criticou ontem a Vale por ter, na visão dele, “abocanhado” o direito mineral no Brasil no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003). O presidente também voltou a criticar o interesse de outros países na Floresta Amazônica. “Esse é um país que é roubado há 500 anos. A gente conhece o potencial mineral do Brasil. Eu sei como a Vale do Rio Doce abocanhou, no governo FHC, o direito mineral no Brasil. Um crime o que aconteceu”, disse Bolsonaro a representantes da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp).

Os garimpeiros acusam a empresa de invadir a sua propriedade para extrair minério e vender para fora. Representantes da Coomigasp pediram a Bolsonaro intervenção das Forças Armadas no local. “Esta área pertence aos garimpeiros. A companhia Vale do Rio Doce recebeu US\$ 70 milhões para sair de lá. Só que ela saiu, mas está bem do lado, fazendo um buraco que se chama Projeto Serra Leste, está mandando para fora do Brasil falando que é ferro. Está levando ouro e não está sendo prestado conta”, disse o líder da Coomigasp, Jonas Andrade.

Bolsonaro prometeu que, se houver amparo legal, vai enviar as Forças Armadas para atuar na região. O presidente também disse que é uma “covardia” o que fazem com garimpeiros no Brasil e insinuou que há pessoas que pagam propina para encobrir ilegalidades. O presidente disse ter pedido ao **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, para buscar “alternativas” que ajudem os garimpeiros. Bolsonaro ainda voltou a criticar o interesse de outros países na Floresta Amazônica, bioma no foco das preocupações ambientais por causa das queimadas. “O interesse na Amazônia não é no índio e nem na p. da árvore, é no minério”, afirmou o presidente.

Mais tarde, o porta-voz da Presidência, general Otávio do Rêgo Barros, disse que o governo não tem interesse “concreto” em colocar gestão militar na região

de Serra Pelada. Resposta. Sobre as denúncias de garimpeiros, a Vale informou que não tem atividades minerárias em Serra Pelada nem operação de mineração subterrânea no Pará. Segundo a Vale, foi cedida a área de jazida à Coomigasp em março de 2007 e a empresa mantém em Curionópolis apenas a unidade Serra Leste, de exploração de minério de ferro. Em relação às críticas do presidente Bolsonaro, a Vale informou que não vai se pronunciar. / COLABOROU MATEUS VARGAS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/10/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Camilla Turtelli / BRASÍLIA

Título: Divisão do pré-sal pode comprometer meta fiscal

Atraso em definição da forma de partilha de recursos de megaleilão do petróleo pode colocar em risco regra das contas públicas em 2020

Um atraso na definição da forma de partilha dos recursos arrecadados com o megaleilão do petróleo pode provocar um verdadeiro descompasso entre receitas e despesas no Orçamento do governo federal e atrapalhar o cumprimento da meta fiscal em 2020. O risco entrou no radar da equipe econômica por causa da disputa no Congresso da divisão dos recursos entre Estados, municípios e União. Deputados querem alterar a divisão da arrecadação do leilão que seria repassada para Estados (15%) e municípios (15%), aumentando a parcela para os prefeitos. Como mostrou o Estado na edição de sábado, há lideranças também que querem diminuir a fatia da receita que ficará com a União.

O acirramento da disputa pelos recursos, com a proximidade do leilão, marcado para novembro, pode retardar a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata do tema. O assunto é tão sensível que senadores ameaçam parar a votação da reforma da Previdência após 1.º turno pelo risco de a divisão ser alterada. Governadores pressionam pelo cumprimento do acordo. Se o leilão for realizado no dia 6 de novembro, como o previsto, mas a partilha não tiver definida até 27 de dezembro, quando o dinheiro terá de entrar no caixa, os recursos que seriam destinados aos Estados e municípios serão computados como receitas da União, diminuindo o rombo de 2019. Nesse cenário, o déficit deste ano cairia para cerca de R\$ 50 bilhões. Mas, por outro lado, em 2020, o governo teria de arcar com o repasse dos recursos para Estados e municípios, o que “arrebentaria” com o Orçamento de 2020, segundo a área econômica, já que o repasse é computado como despesa.

Cenários. Segundo um integrante da equipe econômica, o melhor cenário para as contas públicas é a expectativa de ágio (valor acima do mínimo exigido pelo governo). Nesse caso, o consórcio ganhador terá o direito de parcelar o valor a ser pago em duas vezes. O parcelamento ajuda a desafogar o resultado fiscal deste ano e também o de 2020. Além disso, evita uma inscrição grande de despesas no chamado “restos a pagar” (transferidas de um ano para o outro), o que pode acontecer já que o dinheiro só entra no caixa no fim de dezembro sem tempo para a execução de gastos que estavam bloqueados.

Na semana passada, foi fechado um acordo entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e os presidentes Davi Alcolumbre (Senado) e Rodrigo Maia (Câmara) para garantir o leilão com a promulgação da PEC. Pelo acordo, dos R\$ 106,5 bilhões do bônus de assinatura do leilão, a Petrobrás ficará com R\$ 33,6 bilhões. Outros R\$ 10,95 bilhões (15%) seriam repassados a Estados; R\$ 10,95 bilhões (15%) para os municípios e R\$ 2,19 bilhões (3%) seriam distribuídos para o Rio. A União ficaria com a fatia de R\$ 48,9 bilhões. A equipe econômica espera o cumprimento do acordo. O Tribunal de Contas da União (TCU) ainda terá de dar o aval para o leilão. A sessão estava marcada para esta quarta-feira, mas foi adiada para a próxima semana.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/10/2019

Seção: Economia

Autor: Fernando Scheller Mônica Scaramuzzo

Título: ‘Estatais do Brasil só criaram ineficiência, privilégio e corrupção’

Entrevista - Ricardo Lacerda, presidente da BR Partners

Para banqueiro, privatizações podem trazer R\$ 200 bilhões e ser ‘gatilho’ para a retomada econômica

À frente do fechamento de importantes negócios em 2019 – como a venda da TAG, da Petrobrás, à francesa Engie e da fatia do Grupo Pão de Açúcar na Via Varejo ao empresário Michael Klein e a outros sócios –, o banqueiro Ricardo Lacerda, da BR Partners, vê nas privatizações o caminho para a retomada da economia. Ele estima a injeção de capital com a venda de estatais de R\$ 150 bilhões e R\$ 200 bilhões até o fim do governo Bolsonaro. Para Lacerda, trata-se não apenas de uma oportunidade de injetar dinheiro na economia, mas também uma chance de mudar o ambiente de negócios no Brasil. A privatização, em sua opinião, vem para trazer mais transparência ao País. “Empresa estatal brasileira só serviu até hoje para criar ineficiência, privilégio e corrupção.” Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

A turbulência política atrapalha o crescimento da economia?

Temos de separar a dinâmica política da dinâmica de governo. A dinâmica política está volátil e confusa. O presidente optou por um discurso mais voltado aos “eleitores raiz”. E ele faz isso de uma maneira muito direta e crua, via rede social. Provavelmente, ele busca garantir um contingente mínimo de eleitores para a próxima eleição, mantendo os fiéis à dinâmica de governo. Mas vejo de maneira positiva que as coisas no governo estão funcionando muito bem, como a infraestrutura, a Economia e até o Itamaraty, que assumiu uma postura mais pragmática. Mas a economia não tem respondido como se esperava.

Pode ser que os investidores estejam esperando que a questão política fique mais clara antes de voltar a investir no Brasil?

A demora na retomada econômica reflete fatores estruturais e conjunturais. Os estruturais se referem à Constituição de 1988, que criou uma série de privilégios. Já do lado conjuntural, há a volatilidade do câmbio, que prejudica o investimento. A retomada tem sido lenta e gradual. Minha visão é que ela vai se acelerar entre o fim deste ano e o início de 2020. A equipe econômica tem uma visão muito clara de reduzir o tamanho do Estado e trabalha para isso. O tamanho do Estado é a grande desgraça, o grande câncer, que afeta o Brasil. Nesse quesito específico, (o governo) está acima das minhas expectativas.

Mas as falas do presidente não são um retrocesso institucional?

Não. O Congresso está funcionando perfeitamente, o Judiciário está funcionando perfeitamente...

Mas e a polêmica envolvendo Amazônia não deixa o investidor com o pé atrás?

Desde que o Brasil perdeu o grau de investimento, houve saída consistente de recursos. O mundo hoje caminha para juros negativos ou muito baixos. No Brasil, os juros altos sempre foram uma forma de atrair dinheiro. Talvez o investidor demore um pouco a entender isso, mas estamos fazendo progresso em mudanças estruturais, em desburocratização. O dinheiro (da venda das estatais) pode trazer um vento de cauda muito favorável para o Brasil, puxando o resto da economia.

Há interesse pelas estatais brasileiras no setor privado?

Há grande interesse. Já houve outras equipes econômicas tão capazes quanto a atual, mas hoje vemos um desejo real de implementar a redução do Estado. Estamos vendo um trabalho de atração de capital, sem pensar se as propostas ferem grupos de interesse. O ministro da Economia, Paulo Guedes, deixa muito

claro que não adianta gente da Fiesp chorar em Brasília para ganhar privilégios. Isso já era.

O programa de privatizações deve dar o empurrão para o crescimento econômico?

Sim. Durante muito tempo, o grande ponto de atração de capital externo foram os juros altos. Entre os investidores locais, a queda dos juros trouxe o efeito benéfico de transferir dinheiro para a Bolsa. O governo está fazendo muito para atrair capital estrangeiro, que ainda não voltou. Entende que não adianta ter uma política de transformar o Brasil em potência industrial, que isso é coisa do século passado. A redução do Estado é a chance de o Brasil atrair o investidor estrangeiro.

O que o sr. acha da velocidade de aprovação das reformas?

A reforma da Previdência evitou que o País quebrasse. As outras reformas, como a tributária e a administrativa, vão eliminar limitações estruturais para o crescimento.

O risco externo pode frear o crescimento?

Acredito que não. Há uma desaceleração global, mas estamos muito menos dependentes de capital estrangeiro do que em outros momentos. Se conseguirmos reduzir volatilidade do câmbio, o dinheiro externo volta.

Quanto o pacote de privatizações pode trazer em recursos?

Podemos levantar de R\$ 150 bilhões a R\$ 200 bilhões até o fim do governo de Jair Bolsonaro. Tenho visto foco na melhora de resultados das estatais, algo que nunca vi antes. Hoje, o caminho do Brasil é a redução do tamanho do Estado e o fortalecimento do setor privado. Empresa estatal brasileira só serviu até hoje para criar ineficiência, privilégio e corrupção.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/10/2019

Seção: Internacional

Autor: Ricardo Galhardo

Título: Paraguaio diz que suplente do PSL usou nome de Bolsonaro para acordo

Itaipu. Em depoimento à CPI que investiga venda de excedente de energia do Paraguai, ex-diretor de estatal do país vizinho afirma que empresário Alexandre Giordano citou nome da família do presidente brasileiro em reunião com representantes dos dois países

O engenheiro Pedro Ferreira, ex-presidente da Ande (a estatal de energia do Paraguai) disse, em depoimento à CPI criada para investigar a venda de energia de Itaipu, que o empresário Alexandre Giordano, suplente do senador Major Olímpio (PSL-SP), citou o nome da família Bolsonaro em uma reunião entre representantes da Léros e da estatal.

É a segunda vez que o nome de Giordano surge em meio às investigações. Em agosto, o advogado José “Joselo” Rodríguez, que se apresentava como assessor jurídico da vice-presidência do país vizinho, disse ter ouvido Giordano usar o nome da família Bolsonaro. Na CPI, no entanto, o advogado recuou. De acordo com o senador Eusebio Ramon Ayala, presidente da comissão, o depoimento de Ferreira trouxe novos dados sobre a posição da Léros para negociar no Brasil a energia paraguaia. “O engenheiro trouxe dados mais precisos sobre a possibilidade de a Léros obter autorização (do governo brasileiro) para vender energia no Brasil”, disse o senador.

Segundo Pedro Ferreira, o encontro entre representantes da Léros e da Ande aconteceu no dia 10 de maio em Ciudad del Este, um dia depois de o presidente Jair Bolsonaro ter ido à tríplice fronteira para a cerimônia de início das obras da Ponte da Integração, ao lado do presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez. Ainda segundo o relato do ex-presidente da Ande, Giordano se apresentou como “representante eleito do governo brasileiro” e disse que tinha influência suficiente para conseguir uma autorização para comercializar a energia excedente do Paraguai no mercado brasileiro. “Ele se apresentou como representante eleito do governo. Disse que poderia conseguir a permissão, porque era bem relacionado”, afirmou Ferreira.

O engenheiro disse que foi informado diretamente pelo presidente Abdo Benítez sobre o interesse da Léros em comercializar a energia paraguaia numa reunião da qual também participaram o vice-presidente, Hugo Rodríguez, e o ministro da Fazenda, Benigno López, no palácio do governo, em Assunção, algumas semanas antes da reunião. “Já estavam falando que havia pessoas muito bem conectadas que viriam (à tríplice fronteira) com o presidente Bolsonaro no dia 10 de maio”, afirmou Ferreira no depoimento. Os nomes do suplente de senador e dos empresários não constam na lista da comitiva presidencial. Embora tenha previsão tanto no tratado binacional para construção de Itaipu quanto em acordos posteriores, a possibilidade de empresas privadas venderem energia da usina no Brasil nunca foi regulamentada e depende de atos administrativos do governo.

Ferreira disse à CPI que no palácio do governo ficou combinado que ele e o vice-presidente receberiam os representantes da empresa brasileira em Ciudad del Este, no dia 9, mesmo da visita do presidente Bolsonaro. O engenheiro, no entanto, foi informado em cima da hora e só pôde ir no dia seguinte, levando ao

adiamento do encontro. A viagem na qual lançou a pedra fundamental da Ponte da Integração foi a segunda de Bolsonaro à tríplice fronteira desde que assumiu o cargo. Antes, ele foi à posse de Joaquim da Silva e Luna como presidente de Itaipu, no dia 27 de fevereiro. Um dia depois, Giordano esteve no Palácio do Planalto.

De acordo com o ex-presidente da Ande, além de Giordano, participaram do encontro outros dois representantes da Léros. Um deles, segundo o empresário, era Adriano Rosa, dono da Léros. O outro, segundo Ferreira, se chama “Koc”, possivelmente Nicolás Martins Koc Pinto, segundo integrantes da investigação. Ferreira disse que Giordano mencionou Bolsonaro durante a reunião.

“(Giordano) voltou a mencionar o nome Bolsonaro na frente de todos. Não entendi muito bem de qual Bolsonaro ele falava, mas depois, conversando entre nós (da Ande) entendemos que era um dos filhos”, disse o engenheiro.

Ligação. Giordano sublocou uma sala comercial no prédio onde fica seu escritório, em Santana (zona norte de São Paulo), para ser a sede do diretório estadual do PSL, cujo presidente é o deputado Eduardo Bolsonaro. Segundo o ex-presidente da Ande, Giordano chegou a apresentar uma credencial de identificação e, em momento algum, disse que era representante da Léros. O crachá era branco com a marca impressa em verde, mas o engenheiro não conseguiu ler o que estava escrito. “Ele (Giordano) mostrou fora do meu campo de visão”, disse Ferreira.

O suplente negou ter usado o nome de Bolsonaro e disse que foi ao Paraguai na qualidade de empresário interessado em comercializar a energia excedente de Itaipu no Brasil. Ele disse ter desistido do negócio posteriormente. “Não falei nada disso. Jamais. É o contrário. Quanto menos eu falar sobre política mais tenho sucesso (nos negócios)”, disse Giordano. A Léros é um dos focos da investigação que corre no Congresso paraguaio. A CPI investiga irregularidades na assinatura da ata bilateral firmada entre Brasil e Paraguai para comercialização da energia excedente de Itaipu. Um dos pontos contestados é a exclusão do acordo do item 6, que dava à Ande o monopólio para venda de energia paraguaia no Brasil.

O porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros disse ontem que o Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios da autodeterminação dos povos e da não intervenção. “Os ministros das Relações Exteriores, das **Minas e Energia** e o diretor-geral de Itaipu tem atualizado Bolsonaro”, disse. Segundo ele, o governo continua dialogando com o Paraguai para encontrar soluções para corrigir o desequilíbrio em relação à contratação de energia produzida.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 02/10/2019****Seção: Metrópole****Autor: Julia Lindner / BRASÍLIA****Título: Para Bolsonaro, Vale ‘abocanhou’ o direito mineral em todo o Brasil**

Presidente voltou a criticar as motivações de outros países ao falar da Amazônia: ‘O interesse é no minério’

Presidente voltou a criticar as motivações de outros países ao falar da Amazônia: ‘O interesse é no minério’

Ao conversar com um grupo de garimpeiros da região de Serra Pelada, no Pará, o presidente Jair Bolsonaro criticou ontem a Vale por ter, na visão dele, “abocanhado” o direito mineral no Brasil no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003). O presidente também voltou a criticar o interesse de outros países na Floresta Amazônica. “Esse é um país que é roubado há 500 anos. A gente conhece o potencial mineral do Brasil. Eu sei como a Vale do Rio Doce abocanhou, no governo FHC, o direito mineral no Brasil. Um crime o que aconteceu”, disse Bolsonaro a representantes da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp).

Os garimpeiros acusam a empresa de invadir a sua propriedade para extrair minério e vender para fora. Representantes da Coomigasp pediram a Bolsonaro intervenção das Forças Armadas no local. “Esta área pertence aos garimpeiros. A companhia Vale do Rio Doce recebeu US\$ 70 milhões para sair de lá. Só que ela saiu, mas está bem do lado, fazendo um buraco que se chama Projeto Serra Leste, está mandando para fora do Brasil falando que é ferro. Está levando ouro e não está sendo prestado conta”, disse o líder da Coomigasp, Jonas Andrade.

Bolsonaro prometeu que, se houver amparo legal, vai enviar as Forças Armadas para atuar na região. O presidente também disse que é uma “covardia” o que fazem com garimpeiros no Brasil e insinuou que há pessoas que pagam propina para encobrir ilegalidades. O presidente disse ter pedido ao **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, para buscar “alternativas” que ajudem os garimpeiros. Bolsonaro ainda voltou a criticar o interesse de outros países na Floresta Amazônica, bioma no foco das preocupações ambientais por causa das queimadas. “O interesse na Amazônia não é no índio e nem na p. da árvore, é no minério”, afirmou o presidente.

Mais tarde, o porta-voz da Presidência, general Otávio do Rêgo Barros, disse que o governo não tem interesse “concreto” em colocar gestão militar na região de Serra Pelada. Resposta. Sobre as denúncias de garimpeiros, a Vale informou que não tem atividades minerárias em Serra Pelada nem operação de mineração subterrânea no Pará. Segundo a Vale, foi cedida a área de jazida à

Coomigasp em março de 2007 e a empresa mantém em Curionópolis apenas a unidade Serra Leste, de exploração de minério de ferro. Em relação às críticas do presidente Bolsonaro, a Vale informou que não vai se pronunciar. / COLABOROU MATEUS VARGAS

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/10/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Indústria cresce, mas resultado é concentrado em petróleo e minério

Avanço em agosto foi de 0,8%, após três meses de queda, porém dados mostram desaceleração da atividade nos últimos meses

Rio de Janeiro Puxada pela extração de minério e petróleo, a produção industrial brasileira interrompeu três meses de queda e registrou alta de 0,8% em agosto, na comparação com o mês anterior. O resultado, porém, foi concentrado e mostra desaceleração da atividade ao longo dos últimos meses.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a indústria brasileira acumula queda de 1,7% no ano. Em 12 meses, a perda acumulada também é de 1,7%, superior aos 1,3% registrados no mês anterior.

“Apesar da melhora na comparação com o mês anterior, quando a gente compara com 2018, fica evidente o tamanho da perda”, diz o gerente da Pesquisa Industrial Mensal, André Macedo. “E essa melhora se dá em cima de uma base de comparação mais baixa e com característica muito concentrada.”

Segundo o IBGE, o crescimento em agosto foi o mais intenso desde junho de 2018, mas ficou concentrado em uma das quatro atividades econômicas pesquisadas pelo instituto: a produção de bens intermediários, com alta de 1,4%.

Apenas 10 dos 26 ramos pesquisados pelo instituto apresentaram alta no mês, em comparação com julho. É o pior desempenho desde maio, quando oito ramos mostraram resultado positivo.

A influência mais importante para o resultado de agosto veio da indústria extrativa, que avançou 6,6%. Foi a quarta taxa positiva após os tombos registrados no início do ano com a suspensão de atividades mineradoras após a tragédia de Brumadinho (MG).

A melhora reflete a retomada das operações em minas da Vale e a redução no número de paradas para manutenção de plataformas de produção de petróleo.

Ainda assim, a indústria extrativa está 5% abaixo do patamar de janeiro, antes da tragédia.

Com o impulso da extrativa, a produção de bens intermediários, que representa 55% da indústria brasileira, subiu 1,4% no mês, em comparação com o mês anterior.

Também contribuíram para o desempenho o setor de produção de combustíveis e a indústria alimentícia—nos dois casos, com grande influência de bens intermediários, como a produção de açúcar, disse Macedo.

Já a produção de bens de capital caiu 0,8% e a de bens de consumo, 0,7% —com destaque negativo para os bens de consumo duráveis (-1,4%), puxados pela queda na produção de automóveis (-3%), que reverteu a expansão registrada no mês anterior.

“Há um movimento errático na produção de automóveis. Ora com crescimento, ora com queda, em tentativa de adequar a produção à demanda”, diz o gerente da pesquisa.

Também influenciaram negativamente os ramos de confecção de artigos de vestuário (-7,4%), máquinas e equipamentos (-2,7%) e produtos farmoquímicos (-2,7%).

“Mesmo avançando em relação a julho, esse resultado está longe de significar uma reversão das perdas do passado”, avalia Macedo. Nos oito meses de 2019, em cinco o resultado foi negativo.

No ano, a perda acumulada é de 1,7%, também com forte impacto dos efeitos de Brumadinho — a indústria extrativa acumula queda de 10,7%, puxando o setor de bens intermediários a queda de 2,6%. As demais categorias ficaram próximas da estabilidade.

Para Macedo, o ambiente de incerteza das famílias e no comércio exterior continua impactando o desempenho da indústria brasileira. “São 12 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho, a qualidade do trabalho também é menor. E isso não contribuiu para o aumento da demanda doméstica”, afirma.

Em relação a agosto de 2018, a produção industrial recuou 2,3%, informou o IBGE. Nesta base de comparação, houve queda em todas as grandes atividades pesquisadas.

Em 12 meses, a indústria registra queda de 1,7%, o que indica perda de ritmo da atividade, segundo Macedo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 02/10/2019****Seção: Mercado****Autor:****Título: Odebrecht vence 35 licitação pública desde a LavaJato**

São Paulo A Odebrecht venceu a licitação para a duplicação da rodovia PR-092, que liga Curitiba a Almirante Tamandaré, no Paraná. A obra tem um custo estimado de R\$ 90 milhões.

É a terceira licitação pública no Brasil vencida pela empreiteira desde a deflagração da Lava Jato, em 2014. Em 2018, a Odebrecht fechou contrato com Furnas para transformar a Usina Termelétrica de Santa Cruz (RJ), por R\$ 600 milhões, e foi contratada pelo estado do Pará para fazer o BRT (transporte rápido de ônibus) de Belém, no Pará, por R\$ 400 milhões.

O contrato com o DER-PR (Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná) terá duração de 24 meses e prevê dez pontes, quatro viadutos e uma passarela de pedestres em 4,74 km da rodovia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 02/10/2019****Seção: Mercado****Autor:****Título: Petrobras anuncia corte de benefícios a empregados**

Rio de Janeiro Diante do impasse nas negociações com os sindicatos sobre o acordo coletivo de trabalho, a Petrobras comunicou a seus empregados que começará a retirar benefícios e migrar para a legislação trabalhista vigente. Para parte deles, será oferecido acordo individual, com alguns benefícios adicionais.

O anúncio aumenta a crise entre a estatal e as federações de petroleiros, que iniciaram as negociações dos termos do acordo em maio. Em setembro, a pedido da empresa, as conversas passaram a ser mediadas pelo TST, mas também não houve aproximação.

Em comunicados aos trabalhadores, a estatal diz que, como o acordo atual encerrou-se nesta terça, “a Petrobras está iniciando a migração para a legislação trabalhista vigente, uma vez que, na ausência de acordo coletivo, a empresa não pode ter práticas distintas das previstas em lei”.

O acordo encerrado nesta terça garantia aos empregados benefícios como adicional de férias de 100% do salário, adicionais por tempo de serviço ou ajuda para educação de filhos na universidade.

Já em outubro, segundo a Petrobras, começam a ser cortados benefícios educacionais, adicional para trabalho no Amazonas e gratificação por trabalho em campo terrestre, entre outros. O índice de reajuste será zero.

Para empregados com nível superior e salários acima de R\$ 11.678, foi oferecido um acordo individual, possibilidade estabelecida pela reforma trabalhista de 2017. Neste caso, o reajuste é de 70% do INPC, como a empresa propôs desde o início, e são mantidos alguns benefícios. Ao todo, 6.692 dos 44.845 empregados estariam elegíveis para negociar individualmente.

A empresa disse que, em caso de novo acordo coletivo ou decisão em dissídio, os empregados que optarem pelo acordo individual podem migrar para os novos termos.

Depois de questionamentos pelo TST, os sindicatos ganharam novo prazo e têm até quarta (2) para decidir se levam a proposta do tribunal a assembleias. Em despacho na segunda, o vice-ministro criticou a postura das entidades e afirmou que os termos eram mais favoráveis do que a proposta original da Petrobras.

Há no TST a preocupação de que a estratégia sindical tem como objetivo forçar uma greve de conotação política contra a venda de refinarias. Os petroleiros dizem não aceitar a perda de direitos e que só levariam aos trabalhadores uma proposta da empresa.

Em nota, a Petrobras disse que “foi incansável na busca de um acordo”, chegando a apresentar duas novas versões de sua proposta original. “Durante todo o processo, os sindicatos não levaram contrapropostas para a mesa de negociação”, afirmou a estatal.

O comando da estatal alega que o custo com pessoal subiu 56% desde 2014, para R\$ 21 bilhões, o equivalente a 40% de seu investimento ou 90% do lucro de 2018. Diz ainda que entre 1995 e 2018, concedeu ganho real acumulado de 40% aos seus empregados.

A empresa argumenta também que seu efetivo tem baixa produtividade em relação aos seus concorrentes.

Ao mesmo tempo em que propôs os cortes, porém, a estatal aprovou um novo programa de distribuição de lucros que beneficia os empregados com cargos mais altos.

Procurada, a FUP (Federação Única dos Petroleiros) disse que ainda está discutindo a proposta do TST e questionou o anúncio de mudanças sem que a Petrobras tenha se manifestado sobre a mediação. A FNP (Federação Nacional

dos Petroleiros) informou que terá reunião nesta quarta para discutir medidas cabíveis.

A entidade já vinha se posicionando a favor de greve em caso de perda de benefícios. Nesta quarta, quando a estatal comemora 66 anos, sindicato s promoverão manifestações contra a venda de ativos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Gustavo Uribe

Título: Interesse na Amazônia não é na porra da árvore, diz Bolsonaro

Em discurso a garimpeiros, presidente fala que países estrangeiros estão preocupados com minério da região

Brasília - Em um discurso improvisado, feito a um grupo de garimpeiros em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro disse nesta terça-feira (1º) que o discurso estrangeiro favorável à floresta amazônica não está preocupado com a preservação ambiental ou com a proteção dos índios.

Na entrada do Palácio do Planalto, onde subiu numa cadeira para discursar, ele disse que o interesse não é na “porra da árvore” e voltou a fazer críticas ao cacique Raoni Metuktire, que segundo ele “vive tomando champanhe”.

“O interesse na Amazônia não é no índio nem na porra da árvore, é no minério. O Raoni fala pela aldeia dele, fala como cidadão, [mas] não fala por todos os índios, não. É outro que vive tomando champanhe em outros países por aí.”

Em defesa dos garimpeiros, Bolsonaro disse que empresas estrangeiras têm culpa no desmatamento amazônico e sugeriu que elas pagam propina para encobrir crimes ambientais.

“O mundo muitas vezes critica o garimpeiro. A covardia que fazem com o meio ambiente, como empresas de vários países do mundo fazem aqui dentro do Brasil, ninguém toca no assunto porque a propina, pelo o que parece, corre solta”, disse.

O presidente atendeu a manifestação de representantes da Coomigasp (Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada), que havia protestado mais cedo no Palácio do Alvorada. Os representantes da entidade, que se reuniram com Bolsonaro também no gabinete presidencial, pedem que seja deslocado um contingente das Forças Armadas a Serra Pelada, no Pará, para proteger a atividade do garimpo.

“Vocês foram felizes no tempo do [presidente militar João] Figueiredo. A legislação era outra e eu tenho de cumprir a lei. Por isso que eu digo a vocês: se tiver amparo legal, eu boto as Forças Armadas lá”, disse.

O grupo acusa a empresa mineradora Vale de avançar sobre a área demarcada para a exploração da cooperativa, por meio de túneis.

“As fotografias que eu vi, gostaria que a nossa imprensa fizesse um trabalho nesse sentido, mostram túneis em que entram um ônibus duplo de tanto de ouro que tiraram da região de vocês”, disse Bolsonaro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Thiago Resende e Ricardo Delia Coletta

Título: Previdência avança no Senado, mas corre o risco de ter conclusão adiada

Previdência avança no Senado, mas corre o risco de ter conclusão adiada

Versão que representa economia de R\$ 877 bi em dez anos passou na CCJ e foi para o plenário

Brasília Após acordo com líderes, a reforma da Previdência avançou no Senado nesta terça-feira (1º), mas a conclusão da votação da proposta em dois turnos, no plenário, pode sofrer atrasos e depende de negociação do governo com senadores.

O projeto foi aprovado na tarde desta terça pela CCJ (comissão de Constituição e Justiça), e o governo e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), esperavam concluir a aprovação, em primeiro turno, da reforma na madrugada desta quarta.

A CCJ rejeitou todos os destaques —votações de trechos específicos analisados separadamente a pedido de bancadas partidárias.

Aversão aprovada pela comissão, segundo a equipe econômica, representa uma economia de R\$ 876,7 bilhões em dez anos para a União. A reforma da Previdência saiu da Câmara com projeção de corte de R\$ 933 bilhões nos gastos em uma década. A proposta original, enviada pelo governo em fevereiro, projetava uma redução de R\$ 1,2 trilhão.

A reforma, no entanto, ainda pode sofrer modificações no plenário do Senado. O processo de análise da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) começou na

noite desta terça. Ao todo, foram apresentados dez destaques no plenário — a maioria é da oposição.

Porém, o segundo turno, previsto para até o dia 15 de outubro, ainda é uma dúvida.

Senadores têm pressionado o governo a cumprir acordos para que a reestruturação das regras de aposentadorias seja aprovada. Sem o apoio dessa ala, a medida fica ameaçada.

Uma das reclamações é que o pacto federativo — conjunto de ações que visam destinar mais recursos para estados e municípios — ainda está travado. O ministro Paulo Guedes (Economia) prometeu entregar o pacote após a aprovação da reforma.

Senadores também cobram a liberação de emendas parlamentares, instrumentos para que possam destinar dinheiro a obras em suas bases eleitorais. Nas negociações com a Câmara, que já aprovou a reforma, o governo enviou um projeto para mexer no Orçamento e permitir que quase R\$ 2 bilhões sejam usados como emendas parlamentares.

Uma ala do Senado quer o mesmo tratamento. É uma forma de compensar o desgaste político em aprovar medidas impopulares relacionadas a aposentadorias e pensões.

Outro ponto de tensão é a divisão de recursos da cessão onerosa, cujo mega leilão de petróleo está marcado para 6 de novembro. O Senado aprovou uma proposta para que 30% do valor arrecadado seja distribuído — em fatias iguais — entre estados e municípios. Mas há uma articulação na Câmara para que os municípios recebam mais, o que incomodou o Senado.

“Vamos encerrar o primeiro turno [nesta terça] e tem muito trabalho a ser feito daqui para frente”, disse o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Depois de aprovada em dois turnos, a PEC vai à promulgação e as mudanças nas aposentadorias passam a valer.

Para aprovar a reforma no Senado, o governo fez concessões. Mas pilares da proposta foram mantidos. A PEC prevê, por exemplo, idade mínima para a aposentadoria (65 anos, se homem, e 62, se mulher).

Mas há regras mais suaves para quem já está no mercado. Cada um pode escolher o modelo de transição mais vantajoso para a aposentadoria. Além da idade mínima, a reforma prevê critério de tempo mínimo de contribuição para

quem já está no mercado de trabalho, que ficou em 15 anos para ambos os sexos.

No Senado, a reforma foi dividida em dois textos. Foi criada uma proposta paralela, onde foram colocadas mudanças defendidas por senadores.

A cisão da reforma em dois projetos foi uma ideia do relator no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), para evitar atraso na análise das novas regras. Isso porque a Câmara já aprovou a PEC principal em agosto.

O texto paralelo prevê a inclusão de estados e municípios na reforma, medidas de aumento de arrecadação —que vêm sendo criticadas por parlamentares— e alterações em pontos do projeto original do governo, como aposentadoria por invalidez e redução, de 20 anos para 15 anos, o tempo mínimo de contribuição para homens que ainda vão entrar no mercado de trabalho.

Jereissati decidiu nesta terça devolver à proposta principal a previsão de critérios mais rígidos para que gratificações permanentes recebidas por funcionários públicos sejam incluídas no valor das aposentadorias. Ele havia retirado essa parte da PEC principal e incluído ideia semelhante na PEC paralela.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/10/2019

Seção: Sociedade

Autor: DANIEL GULLINO BRASÍLIA

Título: ‘Interesse na Amazônia não é no índio nem na porra da árvore’, diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que “o interesse na Amazônia não é no índio nem na porra da árvore, é no minério”. A afirmação ocorreu após encontro com representantes dos garimpeiros de Serra Pelada (PA).

O presidente afirmou que irá divulgar um vídeo sobre a exploração do grafeno e voltou a criticar o líder indígena Raoni Metuktire.

— Esse vídeo é muito bom para abrir a cabeça da população de que o interesse na Amazônia não é no índio nem na porra da árvore, é no minério. E o Raoni fala pela aldeia dele, fala como cidadão, não fala pelos índios, não. É outro que vive tomando champanhe e em outros países por aí.

Os garimpeiros, da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada, pedem uma “administração militar” da área.

Bolsonaro afirmou que enviará as Forças Armadas se houver amparo na lei e que a situação será tratada **pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

—Se tiver amparo legal, eu boto as Forças Armadas lá.

O presidente afirmou que, “pelo que parece”, empresas estrangeiras pagam propina para não terem crimes ambientais divulgados, mas não especificou a quais companhias estava se referindo.

— O mundo, muitas vezes, (fica) criticando o garimpeiro. Agora, a covardia que fazem com o meio ambiente, empresas de vários países do mundo fazem aqui dentro do Brasil, ninguém toca no assunto porque a propina, pelo que parece, corre solta.

Ele afirmou ainda que a categoria era “feliz” no tempo do presidente da ditadura João Batista Figueiredo, quando, segundo ele, “a legislação era outra”, mas que agora se vê na obrigação de “cumprir a lei” atual.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Bernardo Mello Franco

Título: É o minério, estúpido!

Jair Bolsonaro disse que não dará entrevistas enquanto os jornais “não fizerem uma matéria real sobre o que aconteceu na ONU”. A imprensa noticiou que o presidente fez um discurso agressivo, exaltou a ditadura militar, atacou um cacique de 89 anos e mentiu sobre as queimadas na Amazônia. Na visão dele, uma “matéria real” trocaria o registro desses fatos por elogios.

A ameaça de boicote à imprensa não é nova. Bolsonaro já havia prometido silenciar outras vezes, mas nunca conseguiu segurar a língua. Ontem ele fez um esforço extra para cumprir a promessa. Ignorou os jornalistas e não discursou em solenidade oficial. Só falou em público uma vez, em minicomício para garimpeiros.

Numa cena incomum, o presidente foi até a porta do palácio e subiu numa cadeira para discursar. Do pedestal improvisado, expôs o que pensa sobre a floresta. “O interesse na Amazônia não é no índio nem na porra da árvore. É no minério!”, afirmou.

Bolsonaro não disfarça. Desde a campanha, ele critica as leis ambientais e promete incentivar a criação de novas Serras Peladas. Em seu lobby pela

mineração, o presidente já comprou briga com índios, ambientalistas, servidores do Ibama e líderes europeus. Agora prepara o terreno para um embate com a Igreja Católica.

Ontem o bispo de Marajó, dom Evaristo Spengler, fez um apelo contra a exploração do subsolo amazônico. “Queremos pedir um não a projeto de mineração em territórios indígenas, não ao garimpo legal e ilegal na Amazônia, não à regularização de novos garimpos”, disse. Ele é um dos organizadores do sínodo que discutirá as ameaças à floresta a partir deste domingo.

Às vésperas do encontro, a tropa bolsonarista já trata a Igreja como inimiga. O presidente avisou que não vai a Roma para a canonização da irmã Dulce. No sábado, o guru Olavo de Carvalho disparou ofensas ao Papa Francisco. “Para mim, esse Bergoglio já deu no saco. Ele não é Papa nem no sentido figurado do termo”, atacou.

No minicomício de ontem, Bolsonaro encaixou uma nova provocação ao cacique Raoni, que já foi recebido com honras no Vaticano. “É outro que vive tomando champanhe em outros países por aí..” desdenhou.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: O gás da Bolívia

O novo acordo de gás entre Brasil e Bolívia (o atual termina em dezembro) só deve ser assinado depois de 20 de outubro, quando haverá eleição naquele país. As conversas foram retomadas, por exigência brasileira, depois que Evo Morales retirou um processo que movia na Justiça local. A ação era contra três funcionários da Petrobras, que participaram do acordo de gás firmado em 2006 e considerado, então, lesivo pelo líder boliviano — e que hoje precisa tanto dessa renovação.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/10/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA BRASÍLIA

Título: MP sobre leilão do pré-sal para manter votação

RATEIO DE RECURSOS GERA EMBATES

Em uma tentativa de apaziguar os ânimos de senadores e garantir a votação da reforma da Previdência em segundo turno dentro do prazo previsto, na próxima semana, o governo avalia editar uma medida provisória (MP) com as regras da divisão dos recursos que serão arrecadados com o megaleilão do pré-sal, marcado para novembro.

Inicialmente, essa repartição seria decidida por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), em análise pela Câmara. A tramitação de uma PEC, porém, é mais lenta e difícil que a de uma medida provisória. A MP traz ainda a vantagem de ter efeito imediato.

O governo prevê arrecadar R\$ 106,5 bilhões com o leilão. Desse valor, R\$ 33,6 bilhões serão destinados à Petrobras, por conta da renegociação de um contrato chamado de cessão onerosa. Os R\$ 72,8 bilhões restantes ficarão com a União, estados e municípios. É a divisão desse valor que está em jogo.

O Senado já aprovou destinar 15% a estados e outros 15% a municípios —além de 3% para o Rio, onde estão os campos a serem leiloados. Esse critério será agora analisado pela Câmara, onde alguns deputados querem uma fatia maior para municípios.

Um grupo de senadores busca garantir o mesmo valor para estados e municípios, o que poderia ser feito por meio da MP. Outro ponto polêmico é o critério de rateio, que o Senado estabeleceu seguindo as regras dos Fundos de Participação de Estados (FPE) e Municípios (FPM). Esses fundos privilegiam Norte e Nordeste, enquanto uma ala da Câmara quer mais dinheiro para estados das regiões Sul e Sudeste.

Por isso, senadores só querem votar a Previdência com a garantia de que os critérios defendidos por eles serão mantidos. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já se reuniu com governadores na tentativa de chegar a um acordo. Ele afirmou ontem que a Câmara já está com esse problema “70% resolvido” e pode votar a PEC até o fim de outubro — desde que os governadores se empenhem, ponderou.

— Quando tem pra distribuir, tem mais conflito. Mas, pelo que eu conversei com os governadores ontem (segunda-feira), eles ficaram mais tranquilos — disse Maia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/10/2019

Seção: Economia

Autor: MARCELLO CORRÊA E GERALDA DOCA BRASÍLIA

Título: Reforma da Previdência avança na CCI do Senado

SENADORES VOTAM REFORMA DA PREVIDÊNCIA

TEXTO PASSA NA CCJ E SEGUE A 1º TURNO

O governo deu ontem mais um passo para aprovar a reforma da Previdência, mas terá de trabalhar na articulação política para concluir o processo de votação da medida no Congresso. A proposta foi aprovada pela manhã na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, por 17 votos a favor e 9 contrários, e, por volta das 21h50m, caminhava para ser votada em primeiro turno no plenário da Casa. Apesar da expectativa de aprovação também nesta etapa, senadores avisaram que só pautarão o segundo turno se o Executivo avançar em medidas do chamado pacto federativo, que garantem mais recursos para estados e municípios. A principal preocupação dos parlamentares é com a divisão de recursos do petróleo.

Para entrar em vigor, uma proposta de emenda à Constituição (PEC), como a reforma da Previdência, precisa ser aprovada em dois turnos em cada Casa do Congresso. O processo na Câmara foi concluído em agosto. A expectativa do governo é concluir o último turno do Senado até 10 de outubro. Esse cronograma, no entanto, pode não ser cumprido, porque senadores querem garantir recursos para os estados, em especial do megaleilão de petróleo, que deve render R\$ 106 bilhões. Os senadores querem uma medida provisória (MP) para garantir as regras de divisão de recursos com estados e municípios.

ECONOMIA DE R\$ 867 BI

Segundo o líder do PSD, senador Otto Alencar (BA), o prazo para votação no segundo turno pode não ser cumprido, caso não essa condição não seja atendida:

—Se essa MP não sair até a data de votação da reforma em segundo turno, vamos obstruir —afirmou.

Além dos recursos do petróleo, senadores afirmam que a votação em segundo turno pode ser prejudicada se o governo não liberar recursos para emendas parlamentares.

Líder do MDB, Eduardo Braga (AM) também defendeu a aprovação de medidas do pacto federativo. Segundo ele, a Previdência não é suficiente para garantir a retomada do crescimento econômico.

— O povo brasileiro está dando sua parcela de sacrifícios, mais uma vez, e nós precisamos dar o próximo passo. Não daremos o próximo passo se o governo não tomar suas posições — discursou o senador.

O texto do Senado garante uma economia de R\$ 867,7 bilhões em dez anos e abrange trabalhadores do setor privado e servidores públicos. A proposta preservou a espinha dorsal da medida aprovada na Câmara dos Deputados, para evitar atrasos na tramitação. As modificações mais significativas foram incluídas em uma PEC paralela, que ainda será analisada pelos senadores. O principal ponto do novo texto é a inclusão de estados e municípios nas novas regras de aposentadoria. Se esse trecho for aprovado, o impacto fiscal da medida sobe para R\$ 1,346 trilhão.

Ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, elogiou o trabalho dos senadores, destacando a inclusão dos entes na proposta.

— Parabéns ao Senado. Trouxeram os estados e municípios para a reforma da Previdência, e isso é muito bom para o país. Agradeço muito a votação do Senado —disse o ministro, após almoço com senadores, ao comentar a aprovação do texto na CCJ.

Perguntado no início da noite sobre a possibilidade de adiamento do segundo turno da votação caso o governo não cumpra os acordos firmados com senadores, o porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros, afirmou que o presidente Jair Bolsonaro tem confiança no patriotismo dos parlamentares.

—Entendemos que a interlocução do Poder Executivo com o Legislativo é uma atividade republicana, e temos aqui no Executivo ministros que fazem a intermediação, que são os conectores entre as informações do Poder Executivo e do Poder Legislativo —afirmou Rêgo Barros, redirecionando o questionamento à Secretaria de Governo, comandada pelo ministro Luiz Eduardo Ramos.

A votação no plenário ontem já começou com clima tenso. Com quórum baixo, a discussão só teve início por voltadas 18h30m. Não foi possível cumprir a promessa de

Alcolumbre de manter a Previdência como pauta única, e os senadores acabaram se dedicando a outros assuntos.

DESTAQUES EM DÚVIDA

Depois da votação do texto-base, havia ainda a expectativa de que dez destaques fossem analisados, mas essa etapa pode ficar para a semana que vem. Segundo o senador Marcos Rogério (DEM-GO), o presidente do Senado não vai cancelar a sessão do Congresso prevista para hoje só para concluir a apreciação da proposta na Casa em primeiro turno.

— Você não pode pôr em risco uma reforma tão importante como essa. É só olhar para o plenário e ver o quórum —disse o senador.

Por volta das 21h40m, Alcolumbre assegurou que o plenário votaria o texto-base ainda na noite de ontem, mas não quis se comprometer em relação à apreciação dos destaques:

— Quero iniciar a votação dos destaques ainda hoje. Se o quórum começar a cair, vamos ver como vai ficar.

MME / ASCOM .